

ESCRITURA & MEMÓRIA NA FORMAÇÃO DE MULHERES ENTRE 1870 E 1940

*Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti **

RESUMO

A literatura e a história sempre se configuraram com áreas vinculadas e que apontavam as representações sociais de uma determinada época. Neste texto, pretende-se enveredar pelas nuances da literatura feminina brasileira do século XIX, mais especificamente o mundo literário criado pela autora Júlia Lopes de Almeida, representante da elite paulista, matizando o processo histórico referente à passagem de um século a outro. Enveredar pelos escritos e documentos, o imaginário, as ações, é trazer a lume a inserção das mulheres nas experiências cotidianas da passagem do século XIX para o XX, em suas representações.

PALAVRAS-CHAVE: história, gênero, literatura, Brasil.

ABSTRACT

Based on the assumption that literature and history are related fields and recreate a given time, we focus on Brazilian feminine literature of the 19th Century, especially the literary universe created by Júlia Lopes de Almeida, who represents the São Paulo elite. In this regard we consider the historical process present in writings, documents, imaginaria and actions to bring up women's role in the daily experiences in the turn of the century according to Júlia's representation.

KEYWORDS: history, gender, literature, Brazil.

* Doutora em História pela Universidad de Leon (Espanha). Mestre em História pela PUC/SP. Professora e pesquisadora da Universidade Católica do Salvador (Mestrado em Ciências da Família). Professora das Faculdades Jorge Amado no curso de Licenciatura em História.

Deve-se reconhecer, efetivamente, que o passado tem suas próprias vozes, e que estas precisam ser respeitadas, sobretudo, quando elas se opõem ou introduzem ressalvas às interpretações que gostaríamos de atribuir-lhes. Um texto é uma rede de resistências e um diálogo é uma relação bilateral; um bom leitor é também um ouvinte atento e paciente.

Dominique La Capra. 1983.

Considerações Iniciais

A partir da ego-história de Georges Duby, quando relata as agruras e os tormentos para produzir uma tese de doutoramento, concluí que deveria utilizar neste trabalho a primeira pessoa do singular. Assumir as leituras que fiz dos documentos que chegaram às minhas mãos, assumir o roteiro que tracei para interpretar uma realidade histórica, onde os atores se sucedem representando as cenas da vida. Poderei dizer, como Duby, aquilo que me foi revelado pelas fontes, pelas “minhas provas”. De fato, minha pretensão não é escrever a verdade privilegiada sobre um determinado momento, mas sugerir uma versão provável, colocando-a diante da *imagem que eu mesma tenho, honestamente, do real*.¹

Este tema está vinculado às reflexões sobre a memória, o intermitente vasculhar do historiador, com ênfase nas reminiscências de mulheres de camadas abastadas de São Paulo que estiveram “protegidas” sob o manto de instituições católicas de ensino, especificamente no Colégio Notre Dame de Sion. Recorro, neste sentido, ao auxílio das próprias personagens para a abertura desta dissertação. *Recordar é viver duas vezes. E como é doce, após longos anos, revivermos um passado que nos deixou saudades*.² Extraída de um caderno de poesias de uma ex-aluna do Colégio Sion, a afirmação revela uma tensão no caminho a ser explorado: os tempos vividos e inscritos socialmente – a história – e os tempos

¹ DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Ed. UFRJ, 1994, p. 62.

² VIEIRA, Benedita Mentdes. *Caderno de poesias*. São Paulo: 1942, p. 30.

imaginados e narrados – a memória. E também o desvelar das lembranças – individuais ou de grupo –, o incessante trabalho de penetrar em um tempo passado tão repleto de lacunas e, ao mesmo tempo, tão bem estruturado pela re-imaginação que quase impede que se deslinde pela contramão desta História. Este é o caminho a ser trilhado, cuja paisagem é constituída pelas memórias.

De modo geral, as lembranças estão fortemente marcadas por um tipo singular de convivência, pelo respeito e pela formalidade que tingiam e acomodavam as relações entre mestres e alunas, mestres e mestres, alunas e alunas. De forte conteúdo religioso e moralizador, as instituições confessionais pretendiam-se formadoras de uma camada social que se queria “distinta”. Seguidoras dos moldes e tradições européias, essas instituições procuravam adaptar-se por estas bandas a fim de transmitir “distinções”, algo incessantemente buscado pelos “homens bons” da riqueza cafeeira durante o acelerado processo de urbanização do centro-oeste do Brasil republicano. E quando chega o “outono” para essas mulheres, outrora moças faceiras, é chegado também o tempo de “ficcional” o passado. Ele se torna rico e farto de reminiscências da juventude, ora contadas nas entrevistas por ex-alunas do Colégio Notre Dame de Sion, ora escritas em diferentes épocas, em correspondências pessoais, diários, cadernos de poesias.

Escritura feminina: Formação & Memória

Quem não se recorda do clássico livro “Angélika”, escrito por H. E. Seuberlich ou “Polyana” de Eleanor Porter? Ou ainda a delicadeza da obra “Éramos Seis” de Maria José Dupret? E o alegre livro/relato de Viriato Correia sobre o cotidiano de sua filha, Maria Clara Machado, no Colégio Progresso Campineiro, trazido a lume como “Clarita no Colégio”? Como esquecer os diáfanos romances da “Biblioteca das Moças”, os de autoria de M. Delly ou de G. D’Houville? E “As meninas”, um regresso ao passado recente do Brasil ditatorial sob os olhares de jovens católicas, de Lygia Fagundes Telles?

Estes “récits”³ contam sobre situações vividas por adolescentes, dentro e fora de vetustos colégios femininos, especialmente os de ordens religiosas, inaugurados em sua maioria entre o final do século XIX e primórdios do século XX⁴. E os textos literários, qualificados como uma espécie de “diário de memórias”, salientam as experiências do mundo onde as moças que estudaram em instituições semelhantes se reencontram e tornam-se as personagens centrais dessas lembranças.

A ficção, a roupagem do “maravilhoso” literário e a veracidade do enredo agem juntos, como artefatos e pontes entre a realidade dos fatos vividos e o imaginário dos romances da época. É a delicada linha fronteira entre territórios que se integram. A narrativa dessas recordações desperta a curiosidade de descobrir o que povoava o imaginário juvenil, transformadas no presente em representações, simbolizações do passado. O que de fato é proeminente salientar são as reconstruções ou reafirmações feitas pelo tempo e pelo espaço fixadas por modelos normativos da formação cultural. Mais uma vez busco auxílio no historiador francês Georges Duby, para quem a experiência da decifração *não passa na verdade de um jogo de paciência*.⁵ Ao narrar sua emoção quando se debruçou sobre as ricas fontes da abadia de Cluny (França, séculos X e XI), o autor, na verdade, abriu as portas da oficina do historiador:

Cabe perguntar se o historiador encontra-se alguma vez mais próximo da realidade concreta, dessa verdade que anseia por atingir e que lhe escapa permanentemente, do que no momento em que tem diante de si, examinando-os atentamente, esses restos de escrita

³ BARTHES, Roland & Outros. *Poétique du récit*. Paris, Ed. du Seuil, 1977. Nesta obra, o autor desenvolve uma análise estrutural dos textos narrativos, seus aspectos gerais, além de propor uma teoria para se investigar esta forma literária. Assinala: o “récit” está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades: o “récit” começou com a própria história da humanidade [...] (p. 7).

⁴ RODRIGUES, Leda Maria. *A instrução feminina em São Paulo: subsídios para sua história até a proclamação da República*. São Paulo, Tese (Doutorado), Sedes Sapientiae, PUC/SP, 1960.

⁵ DUBY, G., op. cit., p. 28.

*que emanam do fundo das eras, como destroços de um completo naufrágio, objetos cobertos de signos que podemos tocar, observar na lupa, e aos quais ele dá o nome de 'fontes', em seu jargão.*⁶

Colégios religiosos e a formação de mulheres de elite

O trabalho aqui desenvolvido baseia-se nas memórias e no perfil de mulheres das elites dominantes de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, educadas em instituições religiosas. Para tanto, rastreei uma coleção de “Reminiscências” de ex-alunas do Colégio Sion paulistano. Este “achado arqueológico” é composto por várias publicações que contêm cartas e artigos que expressam um “código normatizador”, produzido e direcionado para as alunas e para todos os membros integrantes da “Casa de Sion”. Os volumes foram compilados em 1938, e em suas páginas envelhecidas encontram-se diversas passagens do mosaico memorial das *enfants de Sion*, especialmente sobre experiências da vida cotidiana no Colégio, compreendendo desde as primeiras turmas de 1901 até o final da década de 1930.

A opção pelo estudo de códigos disciplinares inscritos nas relações de gênero, a partir de uma instituição educacional religiosa, foi feita devido a pouca atenção dada, até o momento, a este recorte, seja pelos próprios historiadores, seja por educadores – o que explica o pequeno número de dissertações e teses sobre o assunto.⁷ A opção nasceu também da necessidade que senti de investigar outras temporalidades para capturar outros sujeitos históricos, em particular as mulheres formadas dentro do universo católico-educacional brasileiro.

Para os depoimentos memoriais, valho-me das trilhas abertas por Maurice Halbwachs, que escreveu sobre a importância de se invocar constantemente, seja para fortalecer, seja para debilitar, os testemunhos dos sujeitos envolvidos, que sempre

⁶ DUBY, G., op. cit.

⁷ WARDE, Miriam J. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. *Em aberto*. Brasília: INEP/MEC, 1994.

complementam o

que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras (...) Tudo se passa como se confrontássemos vários depoimentos. É porque concordam no essencial, apesar de algumas divergências, que podemos reconstruir um conjunto de lembranças de modo a reconhecê-lo.⁸

Uma coletânea produzida pela instituição, vinculada a alunas, ex-alunas e colaboradores da Congregação, possibilitou-me desvendar aspectos memoriais e cotidianos daquele espaço. A publicação, editada mensalmente, era intitulada “Ecos de Sion”, e circulou entre os anos de 1933 e 1942. Embora incompleta, dela pude extrair informações essenciais, desde compromissos internos e externos até artigos das alunas relativos aos mais variados temas: religião, história, memórias, festividades, coroações das formandas, viagens, literatura (especialmente a de origem francesa), desenvolvimento intelectual e notícias sobre outras unidades de Sion espalhadas por todo o Brasil. A revista atingia, segundo um dos primeiros editoriais, de 1933, toda a comunidade de Sion, tanto a paulistana como as de outras cidades.

A concepção de “Casa de Sion” está contida nas diversas fontes pesquisadas. Os colégios e conventos não desenvolviam atividades isoladas; as unidades latino-americanas envolviam-se nas mesmas tarefas e planejamentos e, constantemente, recebiam notícias *preciosas e orientadoras* da casa matriz, na França. Isto me remeteu ao projeto ampliado da escola, sempre tratada à maneira e semelhança da vida familiar e sem fronteiras, inculcado nas relações que se firmavam ao longo do tempo, tantas vezes descrito nas páginas da revista. O Sion paulista se via, e ainda se vê, como parte de uma grande família – a Igreja Católica, como defendeu o Papa Leão XIII, já no final do século XIX em

⁸ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 25.

sua *Rerum Novarum*. Um editorial do “Ecos do Sion” enfatiza o ideário de vínculos familiares e religiosos existentes na instituição:

Escuta, pois, menina de Sion, a voz de ‘Ecos’, que desta vez é também o eco da palavra de teu Pastor... A ti, pequenina que apenas sabes ler, a ti, ginásiana preocupada com tuas provas parciais, a ti, normalista que te preparas com afinco para o futuro, a ti, ex-aluna, fiel às tradições de teu Colégio, mães cristãs, famílias paulistas, a todas e a cada uma em particular se dirige este apelo que espera encontrar eco nos corações, na medida do vosso amor, da vossa dedicação pela causa de Cristo.⁹

A freqüente menção aos poderes e às normas da Igreja acabou me direcionando para a leitura de algumas encíclicas – não só as redigidas no período, mas também as últimas do século XIX – e de documentos internos concernentes aos temas ligados à formação e definição do papel social do sexo feminino. Estas cartas papais influenciaram de modo decisivo a constituição da ordem religiosa sionense, tanto no aparato pedagógico quanto na divulgação dos princípios católicos destinados às mulheres. Enquanto os “Ecos de Sion” eram escritos por alunas e dedicados só ao público interno, outra revista, “A Mensageira”, *revista literária dedicada à mulher brasileira*, publicada entre os anos 1897 e 1900, cujos artigos estavam mais engajados nas lutas do *fin de siècle*, destinavam-se a um público mais amplo. Esta publicação oferece um perfil mais amplo de outras mulheres, daquelas que viviam no bulício da cidade grande e que buscavam um veículo apropriado para expor suas idéias e divulgar uma “nova imagem” da mulher que adentra o século XX. Um modelo de mulher – mãe e esposa – que necessita instrução e alargamento de horizontes para se tornar sujeito do seu momento e senhora da sua família. As revistas são representações de dois tempos: tempo de pretender e reivindicar uma instrução para as mulheres e tempo de beneficiar-se dessa educação.

⁹ ECOS DO SION, 1941, p. 16.

As bibliotecas especializadas para “boas moças”

As narrativas literárias, território ficcional e povoado/povoador do imaginário feminino, instigaram análises sobre os intercâmbios entre a ficção e o que foi vivenciado/narrado. Títulos da coleção “Biblioteca das Moças”, “Bibliothèque de Ma Fille”, “Collection Famille”, “Nouvelle Bibliothèque Rose”, “Bibliothèque des Mères de Famille”, “Bibliothèque Rose Illustrée” e os inúmeros romances da Condessa de Ségur foram encontrados nas prateleiras “mais escondidas” da atual Biblioteca do Colégio e que receberam os números de tombo entre as décadas de 30 e 50. Neste item cabe uma anotação: somente as obras dedicadas ao tema mulher/educação/religião serão utilizadas como instrumento de estudo.

Diversas vezes os livros destas coleções foram citados como leituras obrigatórias, mas também acalentavam as horas vagas das meninas de Sion. Lembro, outrossim, de “Um inquérito sobre o que os moços lêem”, elaborado por Lourenço Filho, que aponta as preferências das moças pelas novelas devido ao seu apelo às *razões emocionais*, enquanto que *razões econômicas*, impulsionavam a leitura masculina.¹⁰

Talvez se explique a constante presença desse tipo de literatura nas estantes dos educandários voltados ao sexo feminino, por seu referencial à França, aos modelos ditados pela aristocracia entre meados do século XIX e início do XX, aos bons costumes, relações sociais e familiares, e a todo um universo de práticas cotidianas. Além disso, as coleções e títulos foram responsáveis por um reforço dos ideais plasmados nesse período, como a moral seguida pelas meninas-moças durante a urbanização parisiense, referindo-se à coleção literária “Biblioteca das Moças” que fez muito sucesso de público e vendas e sua leitura era também bastante incentivada nos colégios religiosos notadamente os de procedência francesa que marcaram significativamente a educação e do cotidiano feminino da burguesia brasileira.

¹⁰ REIS, Maria Cândida. *Tessitura de destinos: mulher e educação (São Paulo, 1910/30)*. São Paulo: EDUC, 1993.

Perfis femininos em tempos de republicanização

O fato de o historiador estar sempre atento às obscuridades, seguindo os rastros esquecidos do *corpus documentae*, vozes silenciadas e memórias de um espaço e tempo históricos escolhidos para serem construídos, e ainda assim, observando as inevitáveis armadilhas que as intempéries e o uso dos registros oficiais podem armar para o estudo da História, indica a difícil aventura percorrida pelos que pretendem conhecer mais sobre as histórias dos outros e de si mesmos. Este é o produto da elaboração do conhecimento e do saber históricos.

Ao procurar narrar o cotidiano destas mulheres, formadas e educadas a partir dos princípios católicos de *mãe cristã* e, de maneira mais singular, como *enfants de Sion*, meu intuito é indicar a dualidade existente nesta urdidura. De um lado há um ideal paradigmático de boa moça e do qual a mulher urbana não escapa, moldado para sua inserção funcional na nova sociedade brasileira, seguidora de normas do dever ser. Por outro, as experiências cotidianas demonstram existir uma certa tensão nesta relação, assentada nos costumes, nas maneiras originais pelas quais estas mulheres assimilaram ou não na sua formação os elementos prescritos, coercitivos e normatizadores, agravados pelos caminhos de um progresso acelerado decorrente do pós-guerra e que exigia a definição imediata dos novos papéis sociais para a mulher.

A tentativa de observar as transformações sócio-culturais ocorridas nas primeiras décadas deste século impõe, efetivamente, o inevitável esclarecimento de projetos ideológicos então em vigor. No campo educacional, as discussões se exasperam no afã de adaptar a sociedade brasileira às constantes mudanças advindas do processo de republicanização e assentamento de novas relações no país. A trama republicana lançava os pilares de *ordem e progresso*, contidos no ideário da Escola Nova, encontrando apoio nos princípios de desenvolvimento e de civilização, incentivando o surgimento de inúmeros agrupamentos em prol da formulação de políticas educacionais e médico-sanitaristas, incumbidos de traçar os rumos “inovadores” pelos quais a Nação

deveria guiar-se. Entretanto, as campanhas mais estruturadas somente começaram a despontar por volta de 1915, quando o movimento de “entusiasmo pela educação” configurava-se e tomava para si as rédeas do civismo nacional.

Ao evocar o papel primordial da educação no desenvolvimento sócio-cultural brasileiro, os intelectuais que representavam as Ligas Nacionalistas caracterizavam-se por uma *visão romântica*. Evidenciaram-se, neste contexto, duas grandes manifestações de âmbito educacional: o grupo dos entusiastas e o dos otimistas. Ambos influenciaram diretamente as reformas de ensino e os debates ocorridos à época. Dentre os entusiastas estão Miguel Couto, Mário Pinto Serva, Frota Pessoa e Olavo Bilac, que acreditavam ser a educação o alicerce da organização e do desenvolvimento social e, portanto, o *soerguimento moral e evolutivo* da sociedade brasileira seria viabilizado por um sistema educacional disciplinador. Indicavam, ainda, a incultura como um elemento proveniente da ignorância popular que pairava sobre a *Grande Nação, fruto da falta de patriotismo e da ausência de cultura prática ou de formação técnica*.¹¹ Para esses educadores, os problemas sociais da nação eram decorrentes principalmente do analfabetismo da grande maioria da população, incluindo membros das elites dominantes, até então pouco envolvidas com a escolarização. Devo lembrar que muitas meninas das camadas mais abastadas da sociedade desta época recebiam ainda as lições de primeiras letras em casa, dadas pelas mães ou por preceptoras.

O projeto educacional proposto não só incluía as categorias sociais menos favorecidas como também pretendia atingir as classes mais abastadas. Era proeminente *civilizar* toda a sociedade para que o Brasil se tornasse um país de letrados/civilizados. Por conseguinte, era preciso *educar o homem para que ele pudesse votar, participar da construção da República através dos canais legais da política que, de certo modo, haviam se demo-*

¹¹ NAGLE, Jorge. A educação na primeira República. In: HOLANDA, S. B. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, Livro 3. São Paulo: DIFEL, s.d., p. 263.

*cratizado, se comparados com o Império.*¹² Logo, os desígnios elaborados no período ampliaram-se cada vez mais; havia uma urgência em *educar* o homem e a mulher para suas funções dentro da nova sociedade.

O *paiz de analfabetos*, como o denominava Olavo Bilac, se foi capaz de diagnosticar e denunciar a raiz dos problemas existentes, se revelou, no entanto, tímido para agir. *Passada a fase de luta em prol de um novo Estado, arrefeceram-se os ânimos; há, na verdade, uma diminuição de tentativas de análise e de programação educacionais.*¹³ Posteriormente, as discussões educacionais perpassaram pelo *otimismo pedagógico* – o segundo grupo –, caracterizado por preocupações de ordem quantitativa e com sólida referência nos princípios da Escola Nova, tendo como objetivo a centralização do ensino na figura do educando. Se, na década de 1910, o *entusiasmo pela educação* surgiu como uma resposta à desilusão sobre as virtudes do Estado republicano para educar a população, o projeto *otimista* atuava na esfera política, definindo papéis funcionais a cada membro da Nação.

É interessante ressaltar que estas assertivas advindas de vários grupos dominantes denotam a elaboração de um projeto nacional para criar os limites e as configurações assumidas pelo cidadão diante das novas circunstâncias. As propostas de reformas não estiveram restritas ao campo educacional. Paralelamente, médicos, sanitaristas e higienistas se empenhavam para formar o *bom cidadão*.¹⁴ A partir desta conjuntura de modernização pedagógica, outras instituições caminharam no mesmo compasso, inaugurando uma articulação maior entre o todo e as partes, vislumbrando a possibilidade da ordenação social brasileira e, especificamente, paulista.

¹² GUIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *Educação e movimento operário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1987, p. 17.

¹³ NAGLE, J., op. cit., p. 261.

¹⁴ Isto pode ser percebido, concomitantemente, nos planejamentos de higienização das camadas urbanas, definido por médicos e higienistas até a década de 1930. A dissertação elaborada por Mariza Romero elucida estes projetos, focalizando a Primeira República, momento em que se criam instituições e ações para higienizar a

*Ah! se me lembro... Não são, por via de regra, os grandes conjuntos que mais fixam na retentiva os episódios do passado. São os pequenos detalhes, os pormenores familiares, mercê dos quais a um som, a um colorido, a um cheiro, todo um ambiente se reconstitue e a gente regressa às sensações perdidas e, literalmente, revive esse tempo.*¹⁵

Missão sionense e a formação de uma nova sociedade

A Igreja Católica não passou ao largo desse processo. Rearticulou-se internamente para adequar-se à conjuntura com o intuito de ganhar (ou reconquistar) novos espaços de ação. Isto pode ser explicado pela fundação de diversos colégios congregacionais e pelas mudanças nos currículos e nos regimentos internos, num verdadeiro empreendimento de reciclagem. Deste modo, o Colégio Sion insere-se nas configurações da cidade, nos projetos de civilidade e operosidade de seus cidadãos, sem deixar de incluir-se também nos espaços movediços dessa sociedade em transição, buscando instalar modelos pedagógicos que não só formas-

sociedade "doente" e administrar-lhe os ensinamentos necessários para transformar homens e mulheres em "bons cidadãos". *Após a proclamação da República, os problemas de saúde tornavam-se preocupação de Estado e os médicos adquiriram um grande prestígio, ao participar de projetos governamentais que visavam a preservação da Saúde Pública (...). Nas primeiras décadas do século XX a ação médica difundiu-se enormemente pela sociedade através de campanhas sanitárias, da educação higiênica, da propaganda, do surgimento de serviços ao combate à tuberculose, à lepra e às doenças venéreas.* ROMERO, Mariza. *Do bom cidadão: as normas médicas em São Paulo (1889/1930)*. São Paulo, Dissertação (Mestrado), FFLCH/USP, mimeo 1995, p. 4. *Valho-me também das perspectivas desenvolvidas por Robert Pechman: Na esteira dos romancistas vieram os higienistas e os médicos, com o seu terror às aglomerações. A teoria dos miasmas - que indicava que o ar contaminado pelas emanações mefíticas oriundas da cidade era responsável pelas epidemias - e a idéia de que tudo deveria circular, impregnou profundamente a maneira de se ver a cidade.* PECHMAN, Robert M. *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1994, p. 5. Ver também AVELINO, Yvone Dias. *História social da saúde, da doença e da morte e suas representações na cidade de São Paulo (1830/1940)*. *Projeto História*, n. 10, dez. 1993.

¹⁵ CELSO, Maria Eugenia. *O Velho Sion: reminiscências*. São Paulo: s.d., vol. 2, p. 124.

sem as *mulheres católicas*, mas investissem na modelagem de perfis femininos prescritivos e socialmente definidos.

Memórias, correspondências e diários são linguagens e expressões de um todo que se constitui ainda de outras partes, igualmente essenciais, para a abordagem do tema escolhido. Outros enfoques sugeridos a partir dos depoimentos colhidos entre ex-alunas – os periódicos produzidos naquele momento – devem merecer minha atenção de modo a ajudar no quebra-cabeça da reconstrução das vivências cotidianas femininas dentro do ideário sionense em São Paulo, no período recortado entre 1929 e 1942, assinalando um tempo de inconstâncias na vida nacional e estadual. Todavia, a delimitação do espaço e tempo históricos, dos papéis e das experiências cotidianas das *mulheres católicas*, também me conduziu ao universo dos discursos – daquele proferido pela Igreja Católica e daquele que (até nossos dias) fascina e abre as portas de um mundo imaginário e ficcional: a literatura.

A linha imaginária traçada a partir do muro de pedra que finge separar, metaforicamente, o mundo sionense da turbulência citadina que se moderniza, de um real inconstante e movediço, de um universo de desventuras e vazios de paz, dicotomia inúmeras vezes mencionada com pesar pelas meninas, aponta a longa jornada feita pelas educandas dos colégios confessionais neste período. A recuperação deste lugar da memória, recortado pelos espaços e tempos produzidos dentro e fora dos muros do Colégio Notre Dame de Sion, conduziu-me a questões significativas para o conhecimento desta história. Ao trazer a lume recordações de determinadas mulheres paulistanas, ao destacar o papel das ideologias de um período, sustentado por princípios pedagógicos, procuro compreender e interpretar o conjunto de um tempo vivido e a inserção destas mulheres – objetos próximos de um projeto educacional – no mundo extra-muros do Sion. Não obstante, ressalto que um dos eixos centrais deste trabalho é resgatar as tensões entre os papéis vividos, as imagens sócio-culturais construídas e os discursos elaborados do e sobre o feminino paulistano entre as décadas de 1920/40.

Ao encaixar as peças de um antigo mosaico (as ideologias educacionais e religiosas das mulheres das elites paulistanas), procurei desvendar o costume, tantas vezes incompatibilizado com a norma, através do cotidiano de uma instituição educacional religiosa e dos vestígios femininos que se queriam sempre formadores de um perfil distintivo, prestigioso e modelar, ao qual toda a sociedade deveria estar atenta e guiar-se.

Acredito que a investigação de um ambiente educacional para o sexo feminino possa trazer à tona indícios da postura que estas jovens mulheres assumiram diante da normatização funcional e católica, das perspectivas e das molduras impostas pelo seu tempo e, possivelmente, perceber suas formas de submissão e de “protestos”, suas consciências e reivindicações, sejam explicitadas por atitudes, sejam percebidas nas entrelinhas dos textos e nas obscuridades dos depoimentos deixados para que voltassem a tomar corpo em suas memórias. Afinal, *recordar é viver duas vezes*. Entre a primeira e a segunda vida, no entanto, há um ingrediente novo, que é exatamente o sopro da imaginação.

Escritura feminina: Cantos e encantos de Júlia Lopes de Almeida

*Nos jardins do Remanso e da Tapera, as rosas floresceram, mas ao seu redor já começavam a cantar os pássaros, livres de suas gaiolas. Era só uma questão de aguçar os ouvidos e ouvir o seu canto.*¹⁶ Tentar perceber, nesta bandeira levantada por Júlia Lopes de Almeida a urdidura de um tempo, os umbrais de um local de memória onde a mulher se insere como autora de um elenco de obras destinadas ao público mais eclético, apesar de restrito somente às classes mais privilegiadas da sociedade brasileira. Descortinar através da palavra, os atos, a in-

¹⁶ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Correio da roça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1913, p. 18.

serção feminina nas experiências cotidianas da passagem do século XIX para o XX, em toda sua complexidade, é nossa intenção neste artigo.

No século XIX, o mundo literário é quase que exclusivamente masculino. À mulher, reserva-se especialmente a produção de *egodocuments*,¹⁷ – diários íntimos recheados de poesias e pensamentos edificantes – uma ligação profunda com os tempos da memória, responsável pela guarda dos momentos do passado que se entrecem com o presente e com um devir de promessas fundadas na experiência do cotidiano.

O tempo é circular e cíclico, um *eterno retorno*, que, ancorado no presente, retoma o gestual quase mítico do passado para aclarar situações constantemente referidas, reafirmando as tradições e os elementos prescritivos, nunca novas. Nesse contexto, a ação feminina não passa por uma práxis com referencial a meios ou a fins. Ela se legitima na tradição, na perpetuação de valores e de crenças firmemente estatuídos via Igreja católica e referendados por um Estado que ainda não se configurava totalmente independente dos dogmas cristãos. Dentre os papéis femininos cabia à mulher ser provedora do núcleo fundamental da vida feminina: a família, tornando-se a formadora de cidadãos e de cristãos, a guardiã dos princípios e das regras estabelecidas. Essa visão modelar da mulher é, nas últimas décadas, objeto de investigações e críticas por parte de diversos historiadores e, sobre elas tenho me detido para traçar este plano de estudos. Enquanto o homem “abre-se” para viagens e incursões curiosas, rompendo os grilhões da memória clâmica, numa postura de conquistar espaços, descortinar como um argonauta as possibilidades do “novo”, do inexplorado, a mulher, “fecha-se” em seu referencial de “gestadora”, recuperando as tramas do passado para, qual Penélope esperançosa, tecer seu interminável trabalho no tear da recordação. Entretanto, a Pandora mítica, caixa de

¹⁷ DEKKER, Rudolf M. Egodocuments in the Netherlands, 1500-1814. In: _____. *Dutch crossing*. A Journal of law countries studies, n. 39, 1989.

surpresas tão ciosamente velada pelo masculino dominante, poderá, em alguns momentos revelar seu conteúdo mais profundo, desabrochando-se para o mundo da experiência projetada, vivenciando o presente e tomando dele os referenciais para sua própria introjeção no futuro.

A literatura, permitida para as moças, ao invés de proporcionar um alargamento dos horizontes das *enfants de Sion*, era utilizada como elemento normatizador e disciplinador, na medida em que reforçava os padrões e virtudes tidas como ideais para os padrões da Igreja Católica. A postura do Vaticano quanto à mulher era bastante pragmática: ela deveria ser. Esse “dever ser” erguia-se como um muro em relação ao resto do mundo do qual a mulher deveria ser protegida, guardada. Seus papéis seriam definidos a partir do ideal de maternidade, a Virgem Maria como paradigma do ser esposa e mãe, sustentáculo da ordem doméstica e familiar; núcleo central da sociedade civilizada e católica.

Qualquer incursão da mulher por outros terrenos que não os permitidos, era vista como quebra dos padrões morais e normativos, punida muitas vezes com a execração moral e religiosa. Por isso, os diversos manuais de boa conduta, os Índex de obras proibidas, uma vez que *no século XIX, dizia-se que as mulheres poderiam ser mal influenciadas por um livro... Livros que atacavam ou pareciam atacar o lugar da mulher na sociedade, eram vistos como perigosos*.¹⁸

Nas estantes empoeiradas do Colégio Sion Paulista, entre os muitos autores e personagens estrangeiros, livros onde jovens pálidas e românticas esperam ser despertadas para a vida pelo beijo casto e dominador de algum príncipe encantado, foi possível deparar com um autêntico pássaro canoro brasileiro, livre e colorido que cantava uma moça saudável e de faces coradas que abraçava alegremente a tarefa de viver seu tempo, senhora de

¹⁸ WELTER, Bárbara. The cult of true womanhood: 1820/1860. In: GORDON, Michael. *American family in social-historical perspective*. New York: Saint Martin Press, 1973, p. 16.

seu momento, tecelã de seu próprio destino: Júlia Lopes de Almeida, escritora não permitida para as *enfants de Sion*.

Embora sua produção infantil fosse bastante conhecida e adotada em escolas de vários Estados brasileiros, a romancista, cronista e versátil articulista não fazia parte do selecionado rol de autores que freqüentavam as Bibliotecas dos Colégios confessionais de sua época, talvez por sua rebeldia em aceitar os padrões normativos, talvez por suas vinculações com o movimento feminista nascente, talvez por sua ousadia de propor para as mulheres o rompimento com o modelo instituído.

Revestida pelo olhar romântico e saudoso de seu filho poeta, a romancista é apresentada como uma mulher forte, instigante, com novos horizontes:

*A dextras finas, hábeis mãos de artista,
A minha mãe, enfrente a essa janela
Urde a trama dos sonhos, imprevista...*¹⁹

*Olhas ... e freme a luz; radiante e morno,
O teu olhar é vida e pensamento,
É criação, é expansão, é ânsia, é grito!*²⁰

Dona Júlia, a encantadora de moças

Nascida no Rio de Janeiro em 24/09/1862, pertencendo às camadas abastadas da sociedade carioca, desde muito cedo Júlia Lopes de Almeida interessou-se pela literatura, fato bastante inusitado para as mulheres de sua classe e época, quando a maioria era instruída por preceptoras ou nos poucos colégios particulares laicos, recebendo uma formação modelar, voltada para a inserção da mulher na sociedade, preparando-a para o

¹⁹ ALMEIDA, Afonso Lopes de. A janela grande. *Mãe*. Rio de Janeiro: Ed. Jornal do Comércio, 1945, p. 24.

²⁰ *Ibidem*, p. 38.

casamento (ou para a vida religiosa), jamais para “o mundo”, ou para as atividades consideradas masculinas, como a literatura.

*A conquista do território da escrita pelas mulheres foi longa e difícil, assim como foi romper as paredes da casa/prisão e da prisão/textual que as confinava tendo por veículo um corpo definido como faltoso, fraco, submetido sempre ao escrutínio dos olhares exteriores, e um cérebro tido como não/pensante encontra uma definição de si com a qual possa se identificar.*²¹

Casada com um literato, poeta nascido em Portugal, Filinto de Almeida, naturalizado brasileiro, parece que a vocação de escrever uniu Júlia ao companheiro, casamento que se consagrou também na produção conjunta de uma obra, *A Casa Verde* (1896). Deste casamento nasceram três filhos: Afonso, Margarida e Albano, todos também escritores.

Escritora prolífica, passeava pelos contos, novelas, romances, peças teatrais, comédias, preceitos para as noivas, donas e donzelas (estas em edições de luxo), regras de jardinagem; articulista de vários jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, não se esquecendo ainda do público infantil a quem dedicou *sessenta narrativas destinadas a instrução da infância, sendo trinta e três em verso e vinte e sete em prosa*,²² adotados para uso das escolas primárias.

Júlia assumiu em sua vida particular e em toda a sua obra, a premissa de que a mulher deve ser instruída para poder desempenhar sua função social, em especial, no que se refere à educação primeira dos filhos. Sua luta constante foi contra a idéia de uma mulher reclusa e ociosa, voltada só para as tarefas domésticas, sombra do sujeito que poderia e deveria ser. Juntamente com outras mulheres, com destaque a diretora Presciliana Duarte de

²¹ TELLES, Norma. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. São Paulo, Tese (Doutorado), PUC/SP, mimeo, 1987.

²² BLAKE, Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p. 241.

Almeida, colaborou em *A Mensageira: revista literária dedicada à mulher brasileira* – editada entre 1897 e 1900, elaborando artigos combatendo a postura veiculada à época da mulher *ornamento, rainha do lar*. Propôs, em contrapartida, uma atitude combativa, prestativa, que ela se apresentasse para ajudar na construção de um país desenvolvido e civilizado.

O ideário feminista e as imagens de uma Nação

Em um de seus artigos exaltava os ideais feministas, utilizando-se até de um certo ar jocoso para traçar a imagem imposta à mulher:

*Dizem que somos débeis (e chegam a convencer-nos) porque somos franzinas, ou porque somos pállidas, ou porque somos tristes! Não se lembram de que tudo isso é efeito de uma educação mal feita, - contra a qual devemos reagir a bem de nossos filhos -, passada no interior da casa, sem exercício, sem convivência, sem jogos, sem despreocupações de preconceitos, sem estudo bem ordenado, sem viagens, sem variedade, sem alegria enfim!*²³

A luta pela instrução estava ligada ao conhecimento prático – o engajamento da mulher num universo produtivo e formador da nacionalidade brasileira – descartando alguns comportamentos de caráter tradicionais que revelavam a ociosidade, a inferioridade e, principalmente, o despreparo para a vida. Alertava contra as credices, contra o hábito de recorrer às ciganas para prever o futuro, *o futuro é feito pelos trabalhos, empreendimentos, inteligência, caráter*,²⁴ mostrando um mundo de progresso que avança sempre: *Aqui, a locomotiva rasga a terra, fura os montes, leva para deante a civilização que tudo aperfeiçoa... Além, lá no horizon-*

²³ ALMEIDA, Júlia Lopes de. Seleção. *A mensageira*, 15/12/1899, p. 213.

²⁴ ALMEIDA, J. L. de., *História de nossa terra*, op. cit., p. 8.

*te, que já não é misterioso, um transatlântico arfa em demanda do nosso porto.*²⁵

Outro traço que perpassa a obra de Júlia é um nacionalismo crescente e acentuado que a levava a pensar num Brasil-nação, independente culturalmente dos padrões europeus, postura que a impulsionava a criticar, por exemplo, a divulgação da obra de M. Delly, por ser produzida em um contexto diferente do brasileiro e propagar idéias, comportamentos e modelos calcados em uma realidade “fin-de-siècle” exterior ao Brasil.

Na obra infantil, principalmente, Júlia Lopes de Almeida – em *A nossa língua* – propunha-se a inculcar nas crianças o valor dos símbolos nacionais, a valorização da língua a ser preservada *como veículo de nosso pensamento, a nossa pátria e o melhor elemento da nossa raça e da nossa nacionalidade. (...) Não deixeis que outras a invadam e a deturpem. Não deixeis que a viciem e lhe cosam remendos aos trajés magníficos.*²⁶

Dentro da preocupação nacionalista, baseada em fatos da história brasileira, os conteúdos escritos em “História da Nossa terra” demonstram valores acerca da honestidade, da voluntária resignação à sorte de cada um, o repúdio à guerra, a exaltação do trabalho na terra, a obediência irrestrita e absoluta aos deveres que indicariam a perspectiva civilizada e os rumos pelos quais o país se orientaria.

No conto “A Pobre Cega”, incluía-se uma interpretação do indígena

que eram os selvagens, os índios, como impropriamente os chamamos? Homens impetuosos, guerreiros com instintos de animal feroz. Entregues absolutamente à natureza, de que tudo sugavam e a que por modo algum procuravam nutrir e auxiliar, estavam sujeitos às próprias privações ... sem cuidar da terra e sem amor ao lar, abandonavam as suas aldeias, poucos anos habitadas, e que ficavam pobres taperas sem um único indício de saudade, daqueles a quem

²⁵ ALMEIDA, J. L. de, História da nossa terra, op. cit., p. 24.

²⁶ Ibidem, p. 12-13.

agasalharam!

O índio vivia para a morte: era anthrophophago, não por gula mais por vingança. As mulheres eram como escravas, submissas, mas igualmente sanguinárias. (...) Que alegria invade o meu espírito quando penso na felicidade de ter nascido quatrocentos annos depois desse tempo, em que o homem era uma fera, indigno da terra que devastava, e como extremeço de gratidão pelas multidões que vieram redimir essa terra, cavando-a com a sua ambição, regando-a com o seu sangue, salvando-a com a sua cruz.²⁷

Curioso notar que ao mesmo tempo em que a autora proclama a língua nacional como símbolo intocável da Pátria brasileira, seu olhar sobre o indígena é traído pelo eurocentrismo nitidamente português que considerava o Descobrimento e a conquista como empreendimento salvacionista, redimindo o selvagem e cultivando *com o sangue esta terra brasilis*.

Para dar ênfase a esta relação entre civilizado e selvagem, pretendo retomar a análise proposta por Norbert Elias (1990) sobre o “processo civilizador”, imposto pelos padrões europeus aos territórios-colônias. Ainda instigante a partir de seu posicionamento quanto à questão indígena dentro do contexto da construção da nacionalidade brasileira, a noção de cidadão/cidadania, embora não explicitada, aparece imanente nos textos, ligada à instrução, necessária para homens e mulheres.

A mulher instruída com solidez não poderia ser um peso para seu marido ou pai, um fardo para a sociedade; mas, sim um braço forte que lutava com dignidade e altivez para a felicidade da família e para o orgulho da pátria ... Alguém dizia que instruir a mulher é preparar as gerações do futuro ... porque é justamente pela instrução da mulher que se começava a do homem...²⁸

Embora vivendo em um período de rupturas e de transformações sociais, explicitando seu nacionalismo em relação a certos

²⁷ ALMEIDA, J. L. de., *História de nossa terra*, op. cit., p. 126-129.

²⁸ CAMARGO, Lavinia Ribeiro do Valle. São Paulo, abril de 1995. (Depoimento).

temas, ao cotejar a Monarquia com a República, e optar por esta última, Júlia transplantou para a República brasileira o lema do processo revolucionário francês, apregoando a *Liberté, Égalité e Fraternité*, como solução necessária para um país que se formava, num sincretismo de ideologias, deixando muitas vezes aflorar sua base cultural, nitidamente francesa.

Não se deve perder de vista as raízes do discurso de Júlia Lopes de Almeida, sua inserção na estrutura sócio-cultural, o que possibilita decifrar as tensões existentes no âmago de sua vasta produção literária, explicitadas na relação dialógica existente entre Ela (autora) e ela (personagem do seu próprio momento histórico).

Retomamos ainda o pensamento de Mikhail Bakhtin, para quem a escrita literária é um campo de energia determinado pela luta constante entre as forças centrípetas que se esquecendo da história resistem em mover-se, buscam a morte para manter a junção dos fatos, sempre idênticos e unidos; e as forças centrífugas que anseiam pelo movimento, pelo futuro, pelo fazer-se histórico, pela mudança e que asseguram a constante mutação dos fatos.

Esta tensão entre o estável e o em movimento, entre o passado modelar e o futuro como incógnita está presente na obra de Júlia Lopes de Almeida. Ao mesmo tempo em que reforça alguns padrões adstritos à mulher – bondade, honra, delicadeza, firmemente vinculados às construções católicas sobre o feminino, propõe outros qualificativos – inteligente, forte, combativa, entre outros –, vislumbrando já, no final do século XIX e início do XX, os novos papéis sociais que a mulher chamaria para si.

Utilizando ainda de Bakhtin, quero desvelar o embate entre a escritora e a mulher, entre a jovem de família abastada, incentivada pelo próprio pai a ingressar na carreira literária e a senhora Júlia, esposa de um conceituado escritor. Que traços familiares – atávicos, quem sabe? – que valores individuais, que códigos são aportados pela mulher para a obra da escritora? Como se fundem e se confundem a visão cristalizada de mundo do fim do século XIX com a infinidade de possibilidades que se projetam com o advento do XX?

Considerações Finais

Temos sempre em mente que a história, somos nós mesmos que construímos; que o passado é parte constitutiva do presente e que um dado momento histórico se faz presente através da cultura, mostrando sua face através da literatura, da pintura, da escultura e de quantas manifestações do engenho humano possam existir.

A proposta é utilizar como premissa que *as raízes da verdade histórica tem os documentos como voz, não como testemunhos*.²⁹ Ouvindo e adentrando no que narrou Júlia Lopes de Almeida em sua vasta produção literária, poderei captar fragmentos de uma época, a inserção da mulher brasileira – como sujeito histórico –, não só na sociedade como na produção cultural, a possibilidade da literatura ter contribuído para o alargamento dos horizontes de uma mulher, até o momento, resguardada do mundo pelos reposteiros dos salões de festas, ornamento de quem se exigia uma omissão apreendida em relação à vida que ela só poderia descortinar através do permitido, do modelar.

Mulher de elite, Júlia Lopes desempenhou um papel na educação e na instrução informal de diversas gerações de brasileiras, abrindo espaços de debates sobre as práticas e os fazeres femininos na passagem do século XIX para o XX. Descobrir a presença da voz feminina na literatura brasileira, significa registrar a historicidade de um modo de ser que emerge no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, inserida no contexto da urbanização e no complexo emaranhado de suas contradições. Significa também a tentativa de articular formas desordenadas, reanimar algumas de suas expressões mais relevantes.

Significa, acima de tudo, ouvir os diferentes tons que esta voz assume ao se elevar ou ao se calar, às vezes desproporcionalmente alta, às vezes tão secreta e em surdina que mal se pode ouvi-la; na ardilosa e íntima tomada de posição em um espaço

²⁹ BARTHES, Roland. *Michelet*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 73.

até então interdito e ignorado; num solitário processo de tomada de consciência de sua própria identidade, sinais que se mesclam freqüentemente com o lirismo sempre aflorado dessas escritoras que se posicionam como personagens (às vezes velados) de suas próprias tramas.

Para se registrar essa voz e essas dissonâncias, perceber a tensão entre o “eu” que escreve – e que se retrata em alguns momentos – e a sociedade que o rodeia, a necessidade de se trabalhar com fragmentos e estereótipos. Com os fragmentos de uma tradição, afinal, o destino da História é acercar-se cada vez mais da literatura, utilizando-a como fonte para desvendar momentos em que a luz histórica não dá conta de um acontecimento.

Enquanto a história, particularmente algumas vertentes do século XIX – historicismo, positivismo, marxismo – atém-se a narrar os fatos que verdadeiramente aconteceram, a literatura, segundo Roland Barthes ocupa-se do que poderia ter ocorrido, dando voz e cor a personagens que a história facilmente poderia ter esquecido. Além disso, cada autor é fruto do seu tempo, produto da mentalidade de uma época, que alicerça sua narrativa em um elenco de crenças, valores e significações que fazem parte de sua própria inserção no contexto social.

Do cruzamento desses dois vetores: a temática e a vinculação coetânea do autor, pode-se apreender um *insight* de um momento histórico muitas vezes bastante significativo e que poderá lançar um fecho de luz sobre a história do período.

*Cada homem é uma humanidade, uma história universal ... e, no entanto, este ser, onde habitava uma generalidade infinita, era ao mesmo tempo um indivíduo especial uma pessoa, um ser único, irreparável, que nada irá substituir. Nada que tenha havido antes, que haverá depois...*³⁰

³⁰ MICHELET, apud BARTHES, R. *Michelet*, op. cit., p. 89.